

Constituinte cria reduto dos marajás

JURACY C. ROCHA
SQN 408

A capital de um estado federalista é nada menos que a sede administrativa onde a federação dos estados se reúne para o exercício administrativo da nação como um todo. Brasília, criada com o objetivo específico de cumprir essa missão acaba de ser violentada em seu objetivo maior. Juscelino tinha consciência plena da função específica de Brasília para os brasileiros: ela seria o cérebro das altas decisões do País.

Ora, a sede do governo de todos, mormente no sistema em que a maioria simples dispõe de poder dicisório, não pode e não deve gozar de autonomia. A capital é simplesmente o espaço geográfico onde está montado o aparelho político-administrativo do Estado. Por razões óbvias o chefe do Estado não pode ter o mínimo de constrangimento no exercício de sua função e não pode, de forma alguma, ser um simples hóspede privilegiado em domicílio alheio.

É prematuro exigir do povo brasileiro uma dinâmica do processo sociológico no relacionamento do poder, de governo,

do Estado e do povo que revolucionasse a arte de governar e de administrar. Os senadores, de acordo com suas atribuições, são partes integrantes da ação política. E nada justifica, portanto, o personagem jurídico que exerce a função de administrar uma coisa pública — em nome do Presidente da República — de chamar-se “governador”, aliás química levada a efeito pelo “governo do arbitrio” que tanto agradou e sensibilizou revolucionários do PMDB, PDT, PT, PCB e PC do B. Ele, na verdade, nada mais é do que um prefeito, com atribuições de zelar pelo bom funcionamento da sede do governo federal.

O fato é que, na realidade, Brasília tornou-se uma verdadeira panacéia de movimentos naturais e pouco espontâneos por agentes complexos da migração interna. Já os senadores, por sua vez, ao longo dessas duas décadas deram uma de Pilatos. Eximiram-se da fiscalização e vigilância da Capital. Brasília é, esqueçam eles, um favor de seus respectivos estados, que fornecem à sede do Governo o oxigênio indispensável à vida.

Como pretendo sociólogo não

quero nem pensar no tipo de crime que está sendo cometido solertemente contra a Capital da República. Da minha responsabilidade social me pergunto: o que será dessa cidade mantendo a máquina administrativa mais cara do País? Será que os senadores vão ficar mudos e co-niventes com o crime de sangria cometido contra os seus estados para manter Brasília irresponsável?

Obviamente, a partir da autonomia política, Brasília terá que assumir, também, as suas despesas. E mais, ainda, suportar o ônus de uma assembleia legislativa que a prática está mostrando ser o maior reduto de marajás e de trens da alegria do mundo. Se é verdade que os senhores senadores da República deram uma de Pilatos, a classe política, como um todo, deu uma de Nero querendo ver Brasília esvair-se em fogo. O pior disso tudo é que os impostos — fontes inesgotáveis de renda para atender à máquina administrativa — cada vez mais serão estupidamente ampliados. O monstro, portanto, está criado e o seu nome: autonomia política para o DF. Resta, agora, saber como enfrentar sua volúpia.